

FUSESC informa

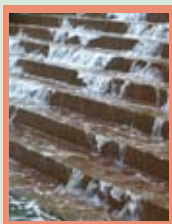
Impresso
Especial

68001071/2001-DR/SC
FUSESC

...CORREIOS...



INFORMATIVO DA FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | NOV-DEZ 2008 | N.141



Fusesc oferece
benefícios
aos atingidos
pelas chuvas

3



Despesas com
ações judiciais
chegam a meio
milhão de reais
por ano

7



Fundação prevê
estabilidade nos
investimentos
de 2009

8

Feliz Natal e um 2009 cheio de alegria!



A equipe da Fusesc agradece a confiança recebida dos participantes em 2008.
Vamos continuar juntos, construindo valores que valem para sempre.

Boas ações para 2009

Esta é a última edição do Fusesc In-
forma de 2008 e com ela remetemos
desejos de boas festas para você e sua
família. Foi um ano cheio de desafios,
como o agravamento da crise finance-
ira mundial e a incorporação da prin-
cipal patrocinadora da Fundação e do
SIM-Plano de Saúde. Os desafios nos
motivaram a avançar e, com a trans-
parência e a segurança que caracte-
rizam o modo de agir desta Diretoria,
chegamos a resultados positivos.

O controle de despesas é uma ob-
sessão para esta gestão, porque cada
real economizado nessa área reforça
a capacidade da Fundação de prestar
mais e melhores serviços. Contudo, a
redução dos custos administrativos
tem sido dificultada pela decisão de
um grupo de participantes. O proble-
ma é que as despesas com a defesa
da Fusesc contra processos judiciais
movidos pelos próprios participantes
não param de crescer.

Recorrer à Justiça é direito de qual-
quer cidadão. Mas é um erro confundir
a Fusesc, uma fundação sem fins lu-
crativos, que só administra recursos e
reparte todo o seu resultado, com uma
empresa mercantil, que só visa a lu-
cros. É isso o que têm feito mais de mil
participantes, que foram à Justiça para

tentar obter a reposição de expurgos
inflacionários, dos planos econômicos
comuns nas décadas de 1980 e 1990.
Esses participantes movem ações con-
tra o seu próprio patrimônio.

Como muitos magistrados não fa-
zem a adequada distinção entre um
fundo de pensão e uma instituição
financeira (que vende planos priva-
dos de previdência, do tipo PGBL e
VGBL, visando lucros), há sempre o
risco de proferirem decisões em pre-
juízo da Fundação.

Quem arcará com os custos de
uma decisão como essa? Você. A
Fusesc não tem recursos próprios,
a não ser a taxa de administração
proveniente das contribuições. Cada
um desses processos, portanto, tem
como alvo o patrimônio dos demais
participantes da Fundação.

Fim de ano é época de pensar na
vida e nos outros. Caso você esteja
movendo uma ação contra a Fu-
sesc, que tal pensar em uma boa
ação para 2009? Retirar a ação é o
melhor para você, para a Fundação,
para todos os participantes.

Lembre-se: o patrimônio da Fun-
dação pertence a todos nós.

Diretoria Executiva

Publique sua foto

Esta página tem espaço
aberto para os participantes
se expressarem com suas
fotografias. Envie sua foto
digitalizada para
jornal@fusesc.com.br.

Indique uma história

Mande para a nossa reportagem
sugestões para a seção
Participante de Valor. A gente
quer contar as histórias de ativos,
aposentados e pensionistas que
fazem a diferença. Encaminhe
para jornal@fusesc.com.br.



FUSESC

INFORMATIVO DA FUNDAÇÃO
CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL

Rua Dom Jaime Câmara, 217
CEP 88015-120 - Florianópolis - SC
Fone (48) 3251-9333
Alô Fusesc: 0800 48 3000 (ligação gratuita)
www.fusesc.com.br
alofusesc@fusesc.com.br
Entidade associada à Abrapp, Sindapp e ICSS
Patrocinadoras:
Banco do Brasil, Badesc, Bescor, Codesc
e Fusesc

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos

Joventino Scremin – Presidente
Roberto Luiz de Oliveira
Volnei Tarcio Sousa
Vânio Boing
Antônio Sérgio Gouvêa
Júlio César Correa Búrigo

Suplentes:

Maurício Vicente de Barros
Patrícia de Carvalho Kuerten Neves
Rudney de Oliveira Kupka
Odilon Barreto dos Santos
Raul Ferreira
José Carlos Mantovani

DIRETORIA EXECUTIVA

José Manoel de Oliveira - Diretor
Superintendente
Aroldo Benjamin Ouriques Filho - Diretor
Financeiro
Bruno José Bleil - Diretor Administrativo
e de Seguridade

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Mauro Tubias Benedet - Presidente
Edison Silva de Orleans, José Luciano Silva
e Ricardo Bayer Battistotti

Suplentes:

Carlos Henrique Silveira, Luiz Gonzaga Ferreira,
Maria Helena Scalvi e Pedro Paulo Flor

EXPEDIENTE

Quorum Comunicação: (48) 3334-4555
Jornalista responsável:
Jacques Mick (SC-00538-JP)
Projeto gráfico: Vanessa Binder
Edição: Andressa Taffarel
Textos: Galeno Lima
Editoração: Quorum Comunicação
Tiragem: 8,5 mil exemplares



Foto do participante assistido Aristeu de
Oliveira com a esposa, Amelia Silva de
Oliveira, na praça Vermelha, em Mos-
cou, capital da Rússia. A viagem foi rea-
lizada em agosto deste ano.

Fundação oferece apoio financeiro aos participantes atingidos pelas chuvas

Sensibilizada com a situação dos participantes prejudicados pela catástrofe provocada pelas chuvas em Santa Catarina, a diretoria da Fusesc decidiu oferecer mais prazo para o pagamento dos empréstimos. O pagamento das parcelas de janeiro, fevereiro e março de 2009 poderá ser postergado e transferido automaticamente para o final do contrato, mantendo as condições contratuais.

Serão beneficiados exclusivamente os participantes ativos e assistidos residentes nos municípios que decretaram estado de calamidade pública ou situação de emergência. A lista pode ser consultada no site da defesa civil, em www.desastre.sc.gov.br.

Além disso, os atingidos, como todos os participantes, podem se beneficiar do adiantamento do abono anual (13º salário) de 2009.

Adiantamento do abono anual

1) Renda Vitalícia - adiantamento da 1ª parcela do 13º salário: na folha de benefícios de janeiro de 2009, será creditado 50% do abono anual para os participantes assistidos que recebem o benefício em forma de renda vitalícia, anualmente concedido no mês de julho.

2) Renda percentual do saldo de conta e prazo certo: os participantes que recebem benefícios nessas mo-

dalidades poderão solicitar o adiantamento de 40% do valor do 13º salário, no período de 8 a 20 de janeiro, para crédito no dia 26 de janeiro de 2009. O valor do adiantamento será liquidado em parcela única, na folha de benefícios de dezembro de 2009.

Para usufruir das assistências, é necessário preencher um formulário, disponível na sede e no site da fundação (www.fusesc.com.br). Em caso de dúvidas, entre em contato pelo alofusesc@fusesc.com.br ou no Alô Fusesc 0800-48-3000.

A Fundação também montou um posto de coleta na sede da entidade para recolher doações às vítimas da enchente no Vale do Itajaí.

Descontração e alegria no Fusesc Com Você, na Capital

A última edição do Fusesc Com Você em 2008 foi realizada no dia 20 de novembro, no hotel Castelmar, em Florianópolis. Na parte da manhã, a gerontóloga Mônica Siedler e a assistente social Maria Cecília Godsfriedt palestraram sobre as relações familiares, pessoais e profissionais.

Após o almoço, o administrador Richardson Ribeiro animou a platéia, distribuindo balões antes do início da palestra sobre planejamento financeiro. Estourar as bexigas provocou muitas risadas, animação que se estendeu na painel seguinte, quando Leila Lemos, da Unimed, falou sobre alternativas saudáveis de envelhecimento. Com um ritmo dinâmico, estimulou os participantes a praticar uma série de atividades físicas leves e descontraídas.

No momento *Fale Com a Diretoria*, o diretor José Manoel mostrou



Carol Reginato

Balões brancos representavam as coisas ruins, das quais as pessoas deveriam se livrar

que, devido às boas opções de investimento, os planos superavitários da Fusesc não foram afetados pela recente crise econômica. Para o participante Getúlio Medeiros, o momento é importante, pois ouvindo a dificuldade dos demais é possível tirar lições para o futuro.

O dia terminou com as apresentações de dança da Academia Racer, que trouxeram quatro coreografias. “Foi uma boa oportunidade passar

o dia desse jeito”, diz Paulo Cezar Pereira, aposentado há três anos pela Codesc. “Hoje perdeu quem não veio”, resume Fausto Cimardi, aposentado pelo Badesc.

Já Alvethe Back diz que, depois de 28 anos de trabalho, não quer perder o vínculo com os colegas. Para muitas pessoas, depois da aposentadoria, a atividade social diminui. “Encontros são a oportunidade para se atualizar e reencontrar amigos”, define.

Ações judiciais elevam as despesas da Fundação

Meio milhão de reais por ano. É esse o valor que a Fusesc gastou em 2008 para defender-se de 1.500 ações judiciais movidas pelos próprios participantes. São ações de uma minoria, contra o seu próprio patrimônio, representado pelo plano de benefícios. A maior parte delas reivindica índices de inflação dos planos econômicos nas décadas de 1980 e 1990.

O número de ações contra a Fusesc multiplicou-se no último ano, o que levou a diretoria da Fundação a terceirizar serviços jurídicos, para atender a toda essa demanda e defender de maneira imparcial todos os participantes, inclusive os próprios litigantes.

O valor gasto corresponde a 44%

do total dos recursos administrativos pagos pelo conjunto dos participantes para que a Fundação possa executar todas as suas atividades. Como cada processo desse tipo pode levar até sete anos para concluir sua tramitação em todas as esferas da Justiça, o custo acumulado da defesa da Fusesc pode chegar a R\$ 4 milhões - dinheiro precioso, que poderia ser utilizado em benefício de todos, indistintamente.

“É uma despesa elevadíssima, provocada por participantes que são convencidos que têm direitos que, de fato, não têm”, afirma o superintendente da Fusesc, José Manoel de Oliveira. “Grande parte dos demandantes é aliciada por lobistas que tam-

bém são participantes dos planos administrados pela Fundação. Ou seja, estão contribuindo para dilapidar seu próprio patrimônio, de sua família e de seus ex-colegas de trabalho, além de estarem sendo remunerados pela captação de ações”. Não há qualquer responsabilidade do governo ou das patrocinadoras em relação ao eventual pagamento dessas demandas.

A assessoria jurídica da Fusesc acredita que o *boom* de ações se deve à iniciativa articulada de captação de ações junto aos participantes. Apenas três escritórios de advocacia respondem pela maior parte dessas ações, cujos prejuízos, se ocorrerem, terão de ser divididos entre todos os participantes. “A quem interessa esse tipo de demanda?”, pergunta José Manoel.

Cerca de 90% das demandas são impetradas contra o plano Multifuturo I - contra o plano do próprio participante e de sua família. Com isso, os custos de defesa terão de ser cobertos com os recursos das contribuições administrativas desse plano. É possível que a Fundação tenha de elevar os percentuais dessa contribuição. Hoje, participantes assistidos pagam apenas 1% de contribuição administrativa, e os ativos, 0,33% - não há gestor de recursos no mercado com custo assim reduzido.

Não é a única perda a que os participantes estão se arriscando. Aqueles que perdem as ações são condenados ao pagamento de custas judiciais e sucumbência (normalmente calculada no valor mínimo de

Despesa com ações judiciais equivale a 44% das receitas de contribuição (até set/08)

- **Receitas de contribuição: R\$ 925.170,00**
- **Custo com defesa: R\$ 410.968,28**
- **Participação: 44,42%**



10% do total da demanda). Em alguns casos, podem ser condenados por litigância de má-fé, já que o contrato de saldamento quitou todas as obrigações.

Fundação não é banco

A maioria das ações contra os fundos de pensão brasileiros atualmente sustenta-se em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) favorável à reposição dos expurgos em caso de participantes que se desligaram de planos de previdência complementar e resgataram suas contribuições – ou seja, não entraram em gozo de benefício. A maior parte das ações contra a Fusesc é de participantes que migraram para o plano Multifuturo I, deram quitação ao plano anterior e transformaram suas reservas em benefícios continuados, pedindo aposentadoria.

Mas a Fusesc não é banco: a entidade não se beneficiou dos expurgos determinados pelas deliberações governamentais. As contribuições vertidas por patrocinadoras e participantes para a entidade foram, elas também, reduzidas pelos expurgos. “A Fundação não fabrica dinheiro: é apenas a gestora do patrimônio dos participantes”, explica o assessor jurídico Maurício Maciel Santos.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) criou uma comissão para tratar do tema. O objetivo é contribuir para esclarecer as decisões dos ministros dos tribunais superiores sobre a verdadeira natureza dos fundos de pensão. Muitos magistrados não distinguem corretamente a diferença entre entidades fechadas de previdência complementar e empresas com fins lucrativos, como bancos ou seguradoras, que vendem planos privados de previdência, do tipo PGDL ou VGDL.

Defesa

Os dois advogados que compõem a assessoria jurídica da Fusesc supervisionam o trabalho de dois escritórios de advocacia contratados para defender a Fundação em cerca de 1.100 ações e acompanham diretamente cerca de 300 causas, recebem intimações, apresentam demandas de iniciativa da entidade e contribuem para a documentação dos processos, em todas as etapas – da instrução à execução – e respectivos prazos.

Decisões favorecem a Fusesc

Juízes e desembargadores já tomaram decisões favoráveis à Fusesc, em processos demandando o pagamento de expurgos inflacionários. A seguir, trechos de algumas dessas decisões.

(...)

“o julgamento planificado reconhecendo a nulidade das transações efetivadas entre associados e entidade privada de previdência implica em potencial comprometimento do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial do fundo, justo que o eventual déficit do pagamento indiscriminado de verbas além daquelas suportadas pela fonte de custeio, poderá acarretar a oneração dos próprios participantes e/ou outros associados (dano por ricochete), os quais poderão ser convocados a pagar mais, não receberem a integralidade de benefícios futuramente, face a superveniente inexistência de lastro econômico ou mesmo, sujeitarem-se à liquidação forçada, dada a impossibilidade do cumprimento ou sério comprometimento da capacidade do fundo fazer frente aos seus compromissos (desequilíbrio atuarial de repercussão futura)”

(...)

“não há sequer um indício de que as transações/novações serviram como instrumento para enganar ou manipular maliciosamente os associados, a fim de constituir um óbice contratual intransponível à consecução de expurgos inflacionários. Frise-se que, à época da transação, não havia o direito de retirada em caso de aposentação. Logo, eventual capitalização refletiria no próprio fundo. Dessa forma, sendo procedente a presente demanda, a parte realmente prejudicada fora a coletividade de associados, os associados que transacionaram a fim de usufruir de novos direitos defluentes da migração pretendem manter tais prerrogativas, sem honrar o compromisso de conformar-se com o valor atuarialmente definido para efetivar-se a transição”

(...)

“não verifico nulidade no instrumento de transação firmado entre as partes e reconheço a validade da novação objetiva firmada entre as partes, prevalecendo como valor atuarial devido ao autor aquele constante na transação, inexistindo direito a expurgos inflacionários sobre contribuições vertidas ao fundo anteriormente à migração do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefício Multifuturo”.

Decisão do juiz Luiz Cláudio Broering, da comarca de Rio do Sul, em 4 de abril de 2008 (Autos nº 054.07.004749-2)

“A correção integral, pela aplicação dos índices consolidados como os reais, só há de ser efetuada quando ao contribuinte de plano de previdência complementar, por desligamento da entidade de previdência fechada, surgir o direito do resgate das parcelas integradas à sua reserva de poupança. Não se tratando de hipótese de desligamento e, pois, de resgate da reserva de poupança, mas apenas de migração de um plano para outro da mesma entidade de previdência fechada, com o aproveitamento dos aportes já feitos pelo contribuinte, se ausente necessidade e utilidade dos associados de obterem provimento judicial garantidor da atualização monetária plena dos valores vertidos a essa reserva.”

(...)

“Traduzindo os autos, pois, hipótese típica de migração para um novo plano de benefícios - o Multifuturo I - e não do seu desligamento deste e, em consequência, inexistindo qualquer resgate das contribuições por ela feitas, improcedente se mostra o pedido de atualização da sua reserva de poupança nos moldes constantes da vestibular.”

Voto do desembargador-relator Trindade dos Santos, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em 26 de agosto de 2008. Participaram da decisão os desembargadores Eládio Torret Rocha e Monteiro Rocha. (Apelação Cível n. 2008.012943-8, de São José).

Rentabilidade segue positiva, apesar da crise

A crise econômica mundial, que se abateu sobre os mercados financeiros com impactos na credibilidade das instituições, causa preocupação e desconfiança. O Brasil, apesar da melhoria dos fundamentos econômicos, também sofre as consequências, especialmente no segmento de renda variável (ações), que nos primeiros 10 meses do ano apresentou queda de 41,69%. Em outubro, a perda foi de 24,80%.

Uma ação coordenada dos governos e bancos centrais visa a liberação de recursos a fim evitar a falência de instituições financeiras e

empresas que enfrentam dificuldades por causa dos prejuízos operacionais contabilizados.

A Fusesc, antecipando-se aos acontecimentos, adotou medidas de proteção ao patrimônio dos participantes, evitando prejuízos decorrentes da crise e assegurando a rentabilidade positiva das cotas que atualizam as reservas para pagamento de benefícios.

Rentabilidade da cota

Em outubro, o retorno dos investimentos dos planos de benefícios que atualiza o saldo de conta dos parti-

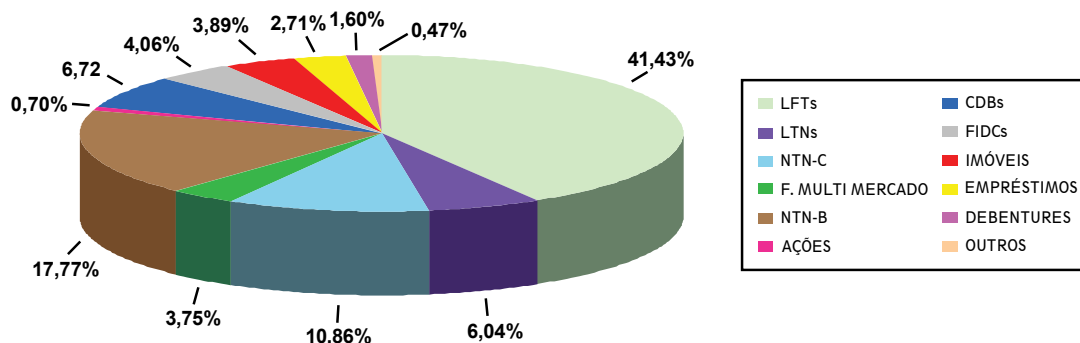
pantes ativos ou que recebem benefícios nas modalidades de prazo certo e percentual do saldo de conta foi de 0,52% para o plano Multifuturo I e II e de 0,55% para o Plano de Benefícios I. É um retorno expressivo, se comparado com o segmento de fundos de pensão no Brasil. As fundações aplicam, em média, em torno de 17% do seu patrimônio em renda variável (ações), e tiveram perdas expressivas com a queda da Bolsa de Valores de São Paulo no mês. O retorno positivo da Fusesc configura uma exceção em relação ao retorno médio dos demais fundos de pensão sediados no país.

RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS COM RETIRADA NA MODALIDADE DE RENDA CERTA E PERCENTUAL DO SALDO DE CONTA														
PLANOS	nov/07	dez/07	jan/08	fev/08	mar/08	abr/08	mai/08	jun/08	jul/08	ago/08	set/08	out/08	em 2008	12 meses
MULTIFUTURO I E II	0,20	1,05	0,20	1,16	0,92	0,91	1,08	0,96	0,54	0,80	0,74	0,52	8,11	9,46
BENEFÍCIO I (**)	0,20	1,05	0,20	1,16	0,92	0,91	1,08	0,96	0,54	0,80	0,79	0,55	8,19	9,55
META ATUARIAL (INPC + 6% a.a.)	0,79	0,92	1,46	1,18	0,97	1,00	1,13	1,45	1,40	1,07	0,70	0,64	11,56	13,47
TAXA CDI	0,84	0,84	0,92	0,80	0,84	0,90	0,87	0,95	1,06	1,01	1,10	1,17	10,05	11,90
% DO CDI (MULTIFUTUROS I E II)	23,81	125,00	21,74	145,00	109,52	101,11	124,14	101,05	50,94	79,21	67,27	44,44	80,70	79,49
% DO CDI (BENEFÍCIO I)	23,81	125,00	21,74	145,00	109,52	101,11	124,14	101,05	50,94	79,21	71,82	47,01	81,56	80,22

Obs. 1: (**) Rentabilidade das reservas dos participantes que optaram por renda mensal na modalidade de Percentual do Saldo de Conta - Início maio/07.
 2: Para os participantes ativos do Plano de Benefícios Multifuturo II, o saldo da conta específica é rentabilizado mensalmente pelo INPC + 6% ao ano.
 3: A partir de setembro de 2008, cada plano receberá uma rentabilidade em virtude da utilização do método de segregação real.

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM 31/10/2008



INDICADORES POR PLANO DE BENEFÍCIO (OUTUBRO/08)

VALORES EM R\$				PARTICIPANTES			
PLANOS DA FUSESC	PATRIMÔNIO DO PLANO	SUPERÁVIT DO PLANO	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
BENEFÍCIO I	503.444.936,43	73.292.744,02	3.502.140,18	5	1.145	381	1.531
MULTIFUTURO I	801.108.549,91	58.264.577,44	5.120.197,44	3.418	3.050	46	6.514
MULTIFUTURO II	133.709.495,49	12.823.599,29	591.994,89	269	147	4	420
	1.438.262.981,83	144.395.920,75	9.214.332,51	TOTAL DE PARTICIPANTES: 8.465			

Política de investimentos para 2009-2013 é aprimorada

A política de investimento dos recursos que compõem o patrimônio dos três planos de benefícios e mais o fundo administrativo da Fusesc passará a contemplar controles individualizados. Isso permitirá que os participantes acompanhem mensalmente a composição patrimonial de seu plano, sendo adotada a mesma estratégia de aplicação dos recursos.

A segregação se dará por meio da cotização das carteiras dos ativos por segmento de investimento, com tratamento igualitário conforme a participação atual no patrimônio de cada plano (na carteira de empréstimos, por exemplo, o valor já é registrado no plano do próprio participante). Os princípios de segurança, liquidez e rentabilidade continuarão a ser observados.

Na prática, a mudança mais visível para os participantes é que a segregação permite o acompanhamento mais efetivo tanto do patrimônio como do custeio na gestão do plano. Com isso, é possível discutir os resultados plano a plano, ao contrário do que acontece hoje, em que a referência são os dados relativos a todo o patrimônio gerido pela Fundação.

A segregação, junto com maior rigor na escolha dos gestores de recursos e maior participação nos comitês que apóiam as decisões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, são as principais mudanças das políticas de investimentos da Fusesc para o período 2009-2013. As três políticas – uma para cada plano de benefícios, com diferenças pontuais – foram aprovadas no final de novembro.

Os documentos, que se baseiam em cenários de instabilidade econômica no próximo período, têm caráter conservador. Projetam inflação em torno de 5% para o ano que vem e estimam que a taxa básica de juros média permanecerá em 13,75% em 2009, caindo pro-

gressivamente até 11,5% em 2013.

Com isso, a rentabilidade dos investimentos em renda fixa (especialmente títulos públicos) deve permanecer nos patamares atuais, reduzindo a necessidade de diversificação dos investimentos, que seria maior caso houvesse cortes expressivos nos juros.

A Fundação também decidiu aumentar as exigências quanto à classificação de risco das instituições financeiras que captam seus recursos e das empresas que oferecem títulos privados. Passam a ser admitidos apenas ratings feitos por agências estrangeiras avaliadoras de riscos (Standard and Poors, Fitch Ratings e Moodys) e serão aceitas apenas propostas de investimento de baixo risco, de empresas de nível A para cima. Até 2008, a política permitia negócios com instituições avaliadas a partir de BBB e considerava avaliações de agências brasileiras.

As novas exigências, mais rigorosas, alteram o perfil dos bancos que captam recursos da entidade (agora são em número menor, mas mais sólidos quanto à classificação de risco) e reduzem o volume de empresas em cujos títulos privados a Fundação pode investir. Em setembro, a Fusesc tinha 15,2% de sua carteira em títulos privados (debêntures, FIDCs e CDBs), índice reduzido para 9,53% em novembro.

As políticas de investimento mantêm as características atuais dos empréstimos, com taxas atrativas. O aumento no limite (para R\$ 50 mil, condicionados à margem consignável) e a extensão do prazo de pagamento tornaram a operação ainda mais interessante. O empréstimo é uma boa opção especialmente para quitação de dívidas com cartão de crédito, cheque especial ou crédito privado. Em novembro, havia 3.400 contratos de empréstimo junto à Fundação.



Participação

Os comitês de imóveis e investimentos ganharam mais participantes, aumentando sua representatividade. No comitê de investimentos, agora são oito membros, com a inclusão do gerente contábil e de controle da Fusesc. No comitê de imóveis, o número de integrantes subiu de cinco para sete, também com a inclusão de mais técnicos. A carteira de imóveis corresponde atualmente a menos de 3% do total dos investimentos da entidade, mas exige monitoramento permanente, diante do baixo retorno, do alto custo de manutenção e do risco de inadimplência dos contratos.

“A Fusesc entende que, embora seus investimentos estejam sujeitos aos efeitos da volatilidade (variação de rentabilidade) de curto prazo, é crítico que se mantenha um foco de investimentos de longo prazo”, afirma o texto de apresentação das políticas. Isto previne a entidade de movimentos especulativos ou flutuações de mercado de curto prazo. “Para preservar esta visão de longo prazo, a entidade faz reestruturações periódicas na alocação de seus ativos”. As políticas estão disponíveis para download na página da fundação na internet (www.fusesc.com.br).

Sorvetes artesanais têm como marca a persistência dos proprietários

Com o dinheiro que levantaram ao sair do BESC, durante o Plano de Demissão Incentivada em 2002, os irmãos Altair e André Cardoso resolveram fundar sua própria empresa, a Fratelli Sorvete Artesanal (nome que significa “irmãos”, em italiano). O desejo de ter um negócio próprio já vinha de algum tempo. Antes de entrarem no ramo dos sorvetes, haviam tentado vender refeições congeladas de frutos do mar. Também abrigaram um lava-rápido, no mesmo terreno onde está a sede da empresa atualmente.

Quando arranhou seu primeiro emprego, de *office-boy* no BESC, aos 16 anos, Altair Cardoso já tinha tudo planejado: terminado o segundo grau e a faculdade, ficaria por mais algum tempo trabalhando no banco, apenas o suficiente para montar seu próprio negócio. O ano era 1978, e, após o “milagre econômico”, o país passava por tempos difíceis. Por conta disso, os planos foram deixados de lado. Dez anos mais tarde, foi a vez de André, irmão caçula, entrar no BESC.

Sem estímulo e perspectiva no trabalho, Altair aproveitou o apoio do banco para cursar a faculdade particular de administração. André ingressou em outra carreira, optando pela administração depois. Em 2001, graduados, decidiram continuar com a produção de sorvetes, em que já trabalhavam desde o ano anterior, em paralelo ao banco. Fizeram cursos de capacitação em grandes empresas do ramo.

Em 2001, André aprendeu a fazer a calda para a base do sorvete, em uma

máquina de picolés emprestada. Em outubro do ano seguinte, os irmãos resolveram ampliar o negócio na temporada de verão. Investiram na compra de dez *freezers* que serviriam para manter os produtos nos locais de venda. A estratégia, fracassada, quase os levou à falência. Insistentes, resolveram vender o produto por entrega, diretamente a pessoas conhecidas. Nessa época, contaram com a ajuda da esposa de um de seus ex-colegas de banco, Rose Carvalho, mais conhecida como Zê, que promoveu a propaganda boca a boca.

André é o responsável pela fabricação dos sorvetes e Altair pela administração. Um ajuda o outro, quando necessário. Neste ano, eles fecharam parceria com uma terceira pessoa, que agora é responsável pela tele-entrega e prospecção de pontos de venda.

Hoje, com máquinas novas, bem mais rápidas que as antigas, fazem diversos sabores, alguns inusitados, como os de butiá, café, amendoim e vinho - criado a pedido de um cliente. O picolé que vende melhor é o de coco. “É mais que bom”, brinca Altair, citando o *slogan* da empresa,



Os irmãos Altair e André, em frente à sorveteria, localizada no Morro do Céu, em Florianópolis

que faz referência à marca de picolés mais famosa do país. A produção inclui ainda sorvetes light e diet e, em breve, terá opções para pessoas com intolerância a lactose.

Fora do banco há seis anos, Altair e André são participantes autopatrocinados, que continuam contribuindo para fortalecer suas reservas de aposentadoria na Fusesc. Entre as vantagens, Altair destaca o SIM - Plano de Saúde, que lhe permite, por exemplo, participar de projetos como o Universidade da Saúde, da UNIMED - que frequenta duas vezes por semana.